

HABEAS CORPUS Nº 517.997 - SP (2019/0184812-3)

RELATOR : **MINISTRO JORGE MUSSI**
IMPETRANTE : EDWARD JOSE DE ANDRADE
ADVOGADO : EDWARD JOSÉ DE ANDRADE - SP197682
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : CESAR AUGUSTO FERNANDES DE SOUZA PEREIRA (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* com pedido liminar impetrado em favor de CESAR AUGUSTO FERNANDES DE SOUZA PEREIRA contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, que denegou a ordem no *Writ* n.º 2098975-62.2019.8.26.0000, mantendo a segregação cautelar do paciente nos autos em que responde pela suposta prática do crime previsto no art. 33, *caput*, da Lei n.º 11.343/2006 c.c. art. 180, *caput*, do Código Penal (e-STJ fl. 69).

Sustenta o impetrante a ocorrência de constrangimento ilegal sob o argumento de que inexistente fundamentação idônea para justificar o decreto e a manutenção da custódia cautelar, porquanto a medida estaria baseada na gravidade abstrata do delito denunciado.

Defende que não ficou demonstrado com base em elementos concretos de que forma, em liberdade, o paciente poderia causar embarço à ordem pública, à instrução criminal e à aplicação da lei penal, além de reputar ausentes os requisitos autorizadores da medida extrema, elencados no art. 312 do CPP.

Requer, liminarmente e no mérito, a concessão da ordem para que seja revogada a prisão preventiva do paciente, expedindo-se alvará de soltura em seu favor.

A liminar foi indeferida.

Solicitadas informações, essas foram devidamente prestadas (e-STJ fls. 58-61 e 64-86).

Instado a se manifestar, o Ministério Público Federal opinou pelo não conhecimento do *habeas corpus* (e-STJ fls. 88-93).

É o relatório.

Verifica-se que o presente *mandamus* foi impetrado desprovido de documentação indispensável ao exame da lide, visto que a parte impetrante deixou de juntar a cópia do decreto de prisão preventiva e, não obstante as informações solicitadas, não foi colacionada a referida peça, inviabilizando, assim, o deslinde da controvérsia.

Como se sabe, o rito do *habeas corpus* pressupõe prova pré-constituída do direito alegado, devendo a parte demonstrar, de maneira inequívoca, por meio de documentos, a existência do aventado constrangimento ilegal suportado, decorrente de tribunal sujeito a jurisdição desta Corte Superior, providência não efetivada no caso *sub examine*.

Nesse sentido:

AGRAVO REGIMENTAL NO HABEAS CORPUS. TRÁFICO DE DROGAS. PRISÃO PREVENTIVA. IMPETRAÇÃO ORIGINÁRIA

INDEFERIDA LIMINARMENTE. AUSÊNCIA DE INTERPOSIÇÃO DO AGRAVO REGIMENTAL. EXAURIMENTO DA INSTÂNCIA INFERIOR. INOCORRÊNCIA. MÉRITO DA IMPETRAÇÃO NÃO DISCUTIDO NA IMPETRAÇÃO ORIGINÁRIA. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. DOCUMENTOS ESSENCIAIS AO EXAME DA CAUSA NÃO JUNTADOS AO MANDAMUS. DEFICIÊNCIA NA INSTRUÇÃO. AGRAVO DESPROVIDO.

1. Inexiste manifestação sobre o mérito da impetração originária pelo órgão colegiado da Corte Estadual, tendo em vista que não foi interposto o recurso cabível contra a decisão do Desembargador que indeferiu liminarmente o writ lá deduzido. Assim, inexistindo manifestação da Corte Estadual na decisão atacada, fica o Superior Tribunal de Justiça - STJ impedido de manifestar-se sobre ela, vedada a supressão de instância.

2. O mandamus foi deficientemente instruído, pois não havia sido juntada aos autos a cópia do acórdão ao qual o Desembargador faz referência na decisão que não conheceu da segunda impetração, documento essencial à exata compreensão da controvérsia.

3. Em razão da celeridade do rito do habeas corpus, incumbe ao impetrante apresentar prova pré-constituída do direito alegado, sob pena de não conhecimento da impetração. Precedentes.

4. Agravo Regimental desprovido.

(AgRg no HC 475.958/SP, Rel. Ministro JOEL ILAN PACIORNIK, QUINTA TURMA, julgado em 05/02/2019, DJe 14/02/2019 - grifamos)

PEDIDO DE RECONSIDERAÇÃO RECEBIDO COMO AGRAVO REGIMENTAL. HABEAS CORPUS. INDEFERIMENTO LIMINAR. PRISÃO EM FLAGRANTE CONVERTIDA EM PREVENTIVA. FALTA DE CÓPIA DO INTEIRO TEOR DO ACÓRDÃO IMPUGNADO.

INSTRUÇÃO DEFICIENTE. INEVIDÊNCIA DE CONSTRANGIMENTO ILEGAL.

1. Por ter sido interposto dentro do quinquídio legal, é possível receber pedido de reconsideração como agravo regimental, em atenção ao princípio da fungibilidade, da instrumentalidade das formas, da ampla defesa e da efetividade do processo.

2. O habeas corpus exige prova pré-constituída das alegações e tal ônus é do impetrante.

3. Hipótese em que a defesa do paciente não se desincumbiu do seu dever de possibilitar o adequado enfrentamento da matéria, por não haver trazido aos autos cópia do interior teor do acórdão proferido pelo Tribunal estadual enfrentando a temática suscitada no writ, nem mesmo após apresentar pedido de reconsideração.

4. Das peças juntadas com a impetração, não se extrai a existência de manifesto constrangimento ilegal, baseada que está

Superior Tribunal de Justiça

a prisão preventiva do paciente, aparentemente, na reiteração delitiva recente.

5. Pedido de reconsideração recebido como agravo regimental e improvido.

(RCD no HC 480.522/PE, Rel. Ministro SEBASTIÃO REIS JÚNIOR, SEXTA TURMA, julgado em 13/12/2018, DJe 04/02/2019)

Ante o exposto, por se afigurar manifestamente inadmissível, com fundamento no art. 34, XX, do Regimento Interno deste Superior Tribunal, **não se conhece** do *habeas corpus*.

Publique-se. Intimem-se.

Após ciência do Ministério Público Federal, arquivem-se os autos.

Brasília (DF), 02 de dezembro de 2019.

MINISTRO JORGE MUSSI

Relator